

Coordenadores
Mila Gouveia
William Akerman

Mapeando o Edital

**DEFENSORIA
PÚBLICA
ESTADUAL**

2021

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Princípios Institucionais DA DEFENSORIA PÚBLICA

Bruno Freire de Jesus

1 BIBLIOGRAFIA INDICADA

A análise do conteúdo programático disposto nos editais dos concursos da Defensoria Pública estadual mostra a grande quantidade de disciplinas a serem estudadas, sendo um grande desafio, para qualquer candidato, a divisão do tempo e dedicação para cada matéria.

Em razão da quantidade de disciplinas que compõem o conteúdo programático, de 12 a 14 disciplinas, a estratégia na distribuição dos estudos será fundamental para o sucesso do concurseiro.

É de conhecimento de todos que se aventuram em fazer concursos públicos, que as provas não são feitas para especialistas em uma determinada área, e sim um clínico geral. O candidato, portanto, não deve investir energia e tempo exclusivamente em determinadas disciplinas, negligenciando as demais.

Fato é que algumas matérias possuem um maior destaque na prova, possuindo uma quantidade maior de questões, merecendo, portanto, maior inclusão nos quadros de estudos em função da probabilidade de serem cobradas na prova objetiva.

Em relação à princípios institucionais, observa-se que os editais da maioria dos concursos reservam uma quantidade relevante de questões nas provas e, por isso, o conhecimento dos Princípios Institucionais da Defensoria Pública é uma das exigências imprescindíveis para aqueles que almejam o cargo de Defensor Público. Cabe ressaltar que o índice

de acerto nas questões de princípios institucionais é alto, logo, se você perder pontos aqui, sairá atrás de muitos concorrentes.

Na primeira fase, que é objetiva, na imensa maioria dos concursos, não importa qual seja a matéria em análise, o candidato não conseguirá ler doutrinas densas para cada disciplina, sendo inviável o estudo dirigido dessa forma. O estudo deve ser pautado em resolução de exercício, aulas, confecção de seu caderno próprio, estudo da jurisprudência e leitura da lei. O livro será para consultas pontuais a determinados temas que o candidato tenha dificuldades específicas.

No tocante aos princípios institucionais, falando de provas objetivas, o destaque do estudo deverá ser na leitura das leis pertinentes acompanhada de resolução de exercícios, pois as provas, de todas as bancas, cobram muita letra de lei, como será demonstrado em tópico posterior. Cuida-se de disciplina relativamente mais simples de ser estudada, uma vez que as provas são muito fincadas na letra fria da lei. Um outro facilitador do estudo de princípios institucionais é o fato de existirem diplomas normativos mais enxutos e fáceis de serem estudados quando se compara com outras disciplinas.

Dessa forma, com exceção da Defensoria Pública de São Paulo, que tem um edital com seu conteúdo diferenciado aos demais concursos incluindo norma infralegais estaduais, com a leitura da legislação básica (leis orgânicas e Constituição), se alcançará êxito na maioria dos pontos perguntados e provas.

Em termos de bibliografia, por se tratar de um tópico muito específico, é importante que o candidato busque uma obra resumida e que aborde o tema de forma objetiva. Uma das dificuldades para o candidato está em localizar livros que estejam atualizados e que, preferencialmente, tenham sido redigidos por membros da própria carreira.

Uma obra que possui edição recente é "Princípios Institucionais da Defensoria Pública", de Diogo Esteves e Franklyn Roger Alves, e serve para primeira fase como apoio, sendo muito útil para fase dissertativa.

Além dos livros doutrinários, recomendo os livros com resolução de exercícios. É o caso, p. ex., da coleção "Revisação", disponibilizado pela Ed. Juspodivm.

Por fim, convém dar uma conferida nas obras do "Dizer o Direito", que trazem com excelente didática os principais julgados do STF e do STJ.

2 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO NOS EDITAIS DOS CONCURSOS PARA A DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

Importante ressaltar que cada Defensoria Pública tem confeccionado o seu edital se valendo do padrão da comissão organizadora, sendo possível, assim, extrair uma sistematização que vincula os editais analisados por banca.

Foram analisados os editais de todos os concursos que se realizaram entre 2016 até fevereiro de 2020. O edital para o concurso para o Estado do Rio de Janeiro, foi lido e analisado, mas é necessário apontar que o referido concurso não possui etapas objetivas. No lapso temporal analisado não tiveram concursos os seguintes Estados: Ceará, Paraíba, Piauí, Sergipe, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima, Tocantins.

Dos 16 editais de concursos que possuem prova objetiva e dissertativas, 09 foram de certames realizados pela FCC, 04 editais da CESPE/CEBRASPE, 01 da FUNDEP, 01 da VUNESP e 01 da UFMT.

Das duas bancas com maior representatividade nos concursos públicos da Defensoria Pública, tem-se que os editais da CESPE/CEBRASPE são mais enxutos enquanto os editais da FCC que trazem mais detalhes daquilo que pode ser exigido na prova.

Veja-se edital da FCC e CESPE/CEBRASPE seguem padrões em todos os editais. Apresentamos os últimos dois editais de cada uma das bancas para que se extraia uma esquematização de cada uma das bancas, servindo de norte para nossa análise.

(AMAZONAS, 2018) FCC:

1. A evolução histórica da prestação da Assistência Jurídica Gratuita. 2. O movimento universal do Acesso à Justiça e as “três ondas” de Cappelletti e Garth; 3. Modelos de Prestação de Assistência Judiciária e Jurídica Gratuitas; 4) A Assistência Judiciária Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita nas Constituições Brasileiras. 4. Panorama da Defensoria Pública no Brasil; 6) Defensoria Pública e democracia; 7) Defensoria Pública e sociedade civil: mecanismos de transparência, controle e participação social. Ouvidoria da Defensoria Pública; 8) Resolução 2656/11 da OEA. 9. O Estatuto Constitucional da Defensoria Pública e da Assistência Jurídica: diferenças e semelhanças em relação ao estatuto constitucional das demais carreiras do sistema de justiça; a Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional nº 45; autonomias; independência funcional – extensão e limites; vedações constitucionais; competência para legislar sobre a Defensoria Pública; o estatuto constitucional do servidor público; o controle externo das instituições e órgãos

públicos. 10. Lei Federal nº 1060/50: contexto histórico; os benefícios da “justiça gratuita” e a assistência judiciária na lei federal e na Constituição Federal de 1988. 11. A Defensoria Pública no ordenamento jurídico federal. 12. Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e Territórios. 13. Lei Complementar Federal nº 80/94 e Lei Complementar Federal nº 132/09 – contexto histórico, vetos e conteúdo em vigor. 14. Lei Complementar Estadual nº 01/90: premissas, princípios, organização, atribuições e demais aspectos da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Amazonas

(MARANHÃO 2018) FCC:

I. LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA 1. A evolução histórica da prestação da assistência jurídica; 2. Gratuidade judiciária, assistência judiciária, e assistência jurídica: conceito e operacionalização; 3. Panorama da Defensoria Pública no Brasil; 4. Acesso à Justiça formal e material: atuação individual, coletiva e meios extrajudiciais de solução de conflitos. 5. Defensoria Pública e democracia; 6. Defensoria Pública e sociedade civil; 7. Defensoria Pública no Direito Internacional dos Direitos Humanos; Resoluções 2.656/11 e 2714/12 da OEA inclusive; 8. O Estatuto Constitucional da Defensoria Pública: modelos de prestação de assistência jurídica e a opção político-constitucional de 1988; diferenças e semelhanças em relação ao estatuto constitucional das demais carreiras do sistema de justiça; autonomia constitucional; princípios, objetivos e funções institucionais; deveres, garantias e prerrogativas; vedações constitucionais e infraconstitucionais; direitos dos assistidos; competência para legislar sobre a Defensoria Pública; o estatuto constitucional do servidor público; o controle externo das instituições e órgãos públicos; 9. Lei Federal nº 1.060/50; 10. Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e Territórios; 11. Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar n. 80/94) e alterações; 12. Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (Lei Complementar 19/94) e alterações.

(DISTRITO FEDERAL 2019) CESPE:

1 A evolução histórica da prestação da assistência jurídica. 2 Assistência judiciária, assistência jurídica e Defensoria Pública nas Constituições Brasileiras. 3 Defensoria Pública na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal. 4 Estatuto Constitucional da Defensoria Pública. Diferenças e semelhanças em relação ao estatuto constitucional das demais carreiras do sistema de justiça. Princípios Institucionais da Defensoria Pública. Unidade. Indivisibilidade. Independência funcional. Funções típicas e atípicas da Defensoria Pública. Competência para legislar sobre a Defensoria Pública. Autonomias da Defensoria Pública. Funcional. Administrativa. Financeira. Garantias constitucionais e institucionais relativas aos membros da Defensoria Pública. 5 Defensoria Pública como instituição essencial à conciliação. Defensor Público como instrumento de transformação social. 6 Defensoria Pública como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Relevância e essencialidade da Defensoria Pública no exercício da cidadania e da defesa do estado democrático de direito. Lei Complementar Federal nº 80/1994, com as alterações da Lei Complementar Federal nº 132/2009. 7 Defensoria Pública e justiça gratuita: distinções. Pressupostos para obtenção da justiça gratuita. Presunção de hipossuficiência. A Lei nº 1.060/1950 e suas alterações. 8 Defensor Público e a natureza da representação do assistido em juízo.

Direito dos assistidos. Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas. 9 Estrutura Organizacional e o Regime Jurídico dos membros da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal e na legislação institucional. 10 A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e suas alterações e Lei Federal nº 8.906/1994 e suas alterações). 11 Lei Complementar Distrital nº 828/2010 e suas alterações, Lei Complementar Distrital nº 884/2014 e Lei Complementar Distrital nº 908/2016.

(PERNAMBUCO 2018) CESPE:

DIREITO INSTITUCIONAL: 1 A Defensoria Pública na Constituição Estadual e na Constituição Federal e Jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores. 2 A Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado e Jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores. 3 Garantias, atribuições, prerrogativas, autonomia funcional e poder de requisição do defensor público e Jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores. 4 Direito à assistência jurídica pública; distinções entre Defensoria Pública e justiça gratuita; pressupostos para obtenção de justiça gratuita; presunção de hipossuficiência; a Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas e Jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores. 5 Autonomia funcional do defensor público; distinções entre Defensoria Pública e advocacia; Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/1994); Lei Complementar Federal nº 80/1994, e suas alterações.

Como se percebe, para esgotar o edital, a leitura da lei com a resolução de exercícios e a leitura de uma doutrina básica alcançará a maioria das questões. Importante observar que a parte de Princípios Institucionais possui uma ligação com outros ramos do Direito, o que recomenda ao candidato um estudo interdisciplinar. É o caso, por exemplo, dos reflexos do CPC nas atividades dos Defensores Públicos, bem como questões processuais penais relacionadas com a atuação funcional dos defensores públicos.

Seguem, de forma condensada, os pontos principais dos editais:

- ➔ **1)** A evolução histórica da Defensoria no Brasil
- ➔ **2)** Gratuidade judiciária e assistência judiciária
- ➔ **3)** Panorama da Defensoria Pública no Brasil
- ➔ **4)** Princípios Institucionais, garantias, atribuições e prerrogativas.
- ➔ **5)** Competência para legislar sobre Defensoria
- ➔ **6)** Defensoria Pública e direito internacional
- ➔ **7)** Lei Complementar 80/94

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Peter Gabriel Molinari Schweikert

1 BIBLIOGRAFIA INDICADA

A matéria "direitos da criança e do adolescente" vem, a cada novo concurso de Defensoria Pública, ganhando maior espaço e importância. E essa não é uma surpresa, na medida em que, quer na área protetiva (não-infracional), quer na área infracional, Defensores e Defensoras Públicas possuem um protagonismo importante. Basta observar que, diferentemente do que ocorre nas Varas Criminais, nas Varas Especializadas da Infância e Juventude praticamente a totalidade dos adolescentes em conflito com a lei são assistidos pela Defensoria – e não por advogados particulares. A mesma situação é vista nas ações de aplicação da medida de acolhimento institucional e de destituição do poder familiar, já que a imensa maioria das famílias que sofrem a intervenção do Estado em suas vidas são famílias em situação de extrema vulnerabilidade – e, portanto, beneficiárias da assistência jurídica gratuita.

Em razão disso, a/o candidata/o perceberá que os itens do edital afetos à área da infância e juventude vêm se tornando cada vez mais robustos e a quantidade de questões, se equiparando às demais áreas de tradicional importância, como direito constitucional, direito civil, direito processual (civil e penal) e direito penal. Não se trata mais de uma

subclassificação da área de direitos difusos e coletivos – possui tamanho destaque a lhe elevar à condição de disciplina autônoma.

Feitas essas breves considerações introdutórias, passaremos a traçar algumas estratégias que podem ser adotadas pela/o candidata/o para adequar o estudo da matéria dentro do cronograma maior de estudos do concurso para as Defensorias Públicas.

Inicialmente, deve-se ter em mente que o estudo da matéria “direitos da criança e do adolescente” transcende – e muito – o mero conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como sustenta majoritariamente a doutrina, vige em nosso ordenamento um verdadeiro **microssistema de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente**, formado, a partir de um diálogo das fontes, por disposições da Constituição Federal, dos Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos, do Código Civil, do Estatuto da Criança e do Adolescente e de inúmeras legislações e normas infralegais esparsas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei nº 12.594/12), a Lei que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática – o “Bullying” (Lei nº 13.185/15), o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (Resoluções n. 113 e 117 do CONANDA), o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência (Lei nº 13.431/17), dentre outras.

Em segundo lugar – e não menos importante –, também necessário que a/o candidata/o tenha conhecimento tanto dos entendimentos sumulados quanto da jurisprudência atualizada das Cortes Superiores, que, em alguns pontos sensíveis, vem mudando de direção nos anos mais recentes.

Por fim, o papel da doutrina será complementar e deverá focar temas de maior incidência nas provas – que serão expostos de forma minuciosa mais à frente – e/ou de maiores dúvidas da/o candidata/o.

É claro que a escolha da bibliografia depende muito do gosto e do perfil de cada uma/um. Algumas/uns fazem questão de estudar por obras mais completas, como no meu caso. Outras/os preferem materiais mais resumidos. Aqui, darei apenas as minhas impressões pessoais para as/os que almejam o concurso das Defensorias Públicas Estaduais.

Uma excelente obra para uso de apoio pela/o candidata/o é o volume “Direitos da Criança e do Adolescente” da Coleção “Defensoria Pública Ponto a Ponto”, de autoria de Fabiana Botelho Zapata (examinadora da

área da infância e juventude do V e VI concurso para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo), Flávio Américo Frasseto (examinador da área da infância e juventude de concursos de diversas Defensorias Públicas Estaduais) e Marcos Vinicius Manso Lopes.

Trata-se de um livro mais enxuto, embora não menos completo, que tem por objetivo apresentar uma visão panorâmica da matéria "direitos da criança e do adolescente" nos editais de concurso das Defensorias Públicas. Sua base é o edital do concurso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Outras duas obras bastante conhecidas e completas são o "Estatuto da Criança do Adolescente Comentado Artigo por Artigo", de autoria dos professores Luciano Alves Rossato, Paulo Eduardo Lépore e Rogério Sanches Cunha, e o "Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado", de autoria do professor Paulo Henrique Aranda Fuller. Ambas são bastante didáticas e apresentam ótima sistematização para quem pretende usar a doutrina como apoio para alguns dos pontos do edital.

Uma obra um pouco mais densa é o "Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos", de coordenação da Promotora de Justiça Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. Em relação a essa obra, deve-se ressaltar que, por se tratar de Curso escrito por Promotoras e Promotores de Justiça, boa parte das teses sustentadas, sobretudo na área infracional e de execução de medidas socioeducativas, diverge do entendimento que se espera da/o candidata/o para os concursos de Defensoria Pública. Deve-se, portanto, adotar uma leitura focalizada e estratégica, pincelando os temas que são condizentes com a visão institucional da Defensoria.

Livro bastante interessante é o recém-lançado "Direito da Criança e do Adolescente", de autoria da professora Maira Zapater, que, além de didático, expõe de forma bastante didática argumentos para a construção de reflexões sobre temas atuais, como a redução da maioridade penal, direitos sexuais de crianças e adolescentes, regime de incapacidade civil de crianças e adolescentes etc.

Para um aprofundamento na área infracional/execução de medidas socioeducativas, duas excelentes indicações são a obra da professora Karyna Batista Sposato, "Direito Penal de Adolescentes: elementos para uma teoria garantista", muito utilizada pelas/os Defensoras/es Públicas/os no exercício de suas atividades-fim, e a obra do professor Sérgio Salomão Shecaira, "Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil".

Finalmente, destaco a interessante Coleção "Caderno de Jurisprudência", coordenada pelo professor e Defensor Público Federal Caio Paiva, cujo primeiro volume trata justamente dos Direitos da Criança e do Adolescente, que traz a jurisprudência resumida e separada por assunto do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, além dos trechos mais significativos dos Comentários Gerais do Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança.

Paralelamente, há também uma gama muito interessante de publicações disponíveis online, que podem ser acessadas e consultadas gratuitamente.

Um primeiro exemplo são os Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, cujos volumes 15¹ e 19², totalmente digitais, tratam exclusivamente do tema "infância e juventude". Outros três portais digitais no qual a/o candidata/o poderá encontrar muitas publicações, jurisprudências e novidades legislativas sobre direitos da criança e do adolescente são as páginas do Núcleo Especializado da Infância e Juventude (NEIJ) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo³, a página do Núcleo da Infância e Juventude (NUDJ) da Defensoria Pública do Estado do Paraná⁴ e a Página do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Paraná⁵.

Há também publicações muito interessantes nas páginas dos Programas Prioridade Absoluta e Criança e Consumo, do Instituto Alana⁶, bem como na página do Instituto Fazendo História⁷, organizações da sociedade civil que atuam historicamente na defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

2 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO NOS EDITAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Ao contrário de outras instituições do Sistema de Justiça, como o Poder Judiciário (CNJ) e o Ministério Público (CNMP), como se sabe, não

1 Disponível em: https://www.defensoria.sp.def.br/cadernos_defensoria/volume15.aspx

2 Disponível em: https://www.defensoria.sp.def.br/cadernos_defensoria/volume19.aspx

3 Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=3064>

4 Disponível em: <http://www.defensoriapublica.pr.def.br/pagina-691.html>

5 Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1747>

6 Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/category/biblioteca/nossas-publicacoes/> e https://criancaeconsumo.org.br/biblioteca/?sft_tema_biblioteca=programa-crianca-e-consumo

7 Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/publicacoes>

há para as Defensorias Públicas nenhum órgão de âmbito nacional com atribuição para expedir atos regulamentares com o objetivo de padronizar os concursos públicos para ingresso na carreira. Por esse motivo, as Defensorias Públicas de cada Estado vêm estabelecendo, com ampla autonomia, os limites de seus respectivos editais, de acordo com a banca escolhida.

Importante destacar que, regra geral, as provas têm sido aplicadas pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e, em menor proporção, pela CESPE.

Vejamos o conteúdo programático da área da infância e juventude em alguns dos últimos editais publicados:

EDITAL	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)
<p>II Concurso Público para Provisamento de Vagas no Cargo de Defensor Público do Distrito Federal (2019)</p> <p>Banca: CESPE</p>	<p>1 História da proteção jurídica e social da infância brasileira. Evolução histórico-sociológica da infância e da juventude. Aspectos gerais do Direito da Criança e do Adolescente. A proteção da infância no Brasil. Legislação. Constituição. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta. Normas de interpretação do ECA. Normas esparsas. 2 Doutrinas jurídicas de proteção. 2.1 Doutrina da situação irregular e doutrina da proteção integral. 3 Princípio da prioridade absoluta. 4 Princípio do melhor interesse para a criança e o adolescente. 5 Direitos fundamentais. 5.1 Direito à vida e à saúde. 5.2 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. 5.3 Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. 6 Direito à profissionalização e à proteção do trabalho urbano e rural do Adolescente. 7 Direito à convivência familiar e comunitária. Poder familiar. Parentesco. Família natural e família substituta. Família substituta nacional e estrangeira. Espécies de família substituta e regras especiais. Guarda; tutela e adoção. Alternativas de acolhimento familiar. 8 A infância e a adolescência no contexto internacional – Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e principais documentos internacionais. 9 Direito à vida e a proteção do nascituro. Aspectos constitucionais e legais. 10 Medidas de proteção. Medidas específicas de proteção.</p>